

## **Região Metropolitana de Manaus: as ações do Estado em Manacapuru e a produção do espaço urbano-regional. <sup>1</sup>**

Moisés Barbosa da Silva <sup>2</sup>

Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA/Brasil  
Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira,  
([moisesbarbosauea@gmail.com](mailto:moisesbarbosauea@gmail.com))

Prof. MSc. Isaque dos Santos Sousa <sup>3</sup>

Professor na Universidade do Estado do Amazonas e Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia Brasileira ([isaque13@gmail.com](mailto:isaque13@gmail.com))

### **RESUMO**

Este trabalho faz um relato das principais políticas públicas realizadas em Manacapuru - AM no período de 2003 a 2010. A sede do município que está a 87 quilômetros de distância da capital do estado, passou por intensas transformações espaciais nesses últimos anos em decorrência da realização de algumas obras realizadas pelo governo. As ações que foram realizadas consistiram na construção e recuperação de estradas com o intuito de facilitar o escoamento dos produtos e melhorar o fluxo das pessoas na região. Outra obra realizada na cidade foram as melhorias na infraestrutura da orla do município, assim como também a construção do porto hidroviário do município. Para a realização deste trabalho, fizemos revisão da literatura a nível regional e nacional para entendermos como acontecem as ações dos agentes produtores do espaço. Realizamos leituras nos Plano Plurianuais dos dois governos estaduais do período, e nos Relatórios de Avaliação desses documentos, em seguida organizamos as informações sobre os principais projetos destinados para a cidade em quadros, e por fim, foi-se a campo para observar as principais transformações ocorridas no espaço urbano-regional da cidade de Manacapuru. O trabalho entende que as ações feitas pelo Estado na cidade, foram importantes para o seu desenvolvimento econômico, e este crescimento econômico influenciou na produção do espaço urbano-regional do município.

Palavras-Chave: Estado. Agente produtor do espaço. Políticas Públicas. Manacapuru - AM.

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM;

<sup>2</sup> Estudante e Pesquisador da FAPEAM;

<sup>3</sup> Professor na UEA e Pesquisado da FAPEAM.

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho discute-se a contribuição das ações do poder público para a produção do espaço urbano-regional do município de Manacapuru no estado do Amazonas no período de 2003 a 2010. Para compreensão dessas ações, bem como para identificar os agentes sociais envolvidos, recorreremos à discussão sobre o processo de reprodução do espaço e quem são os agentes produtores?

No decorrer do trabalho será observado que as ações dos agentes produtores do espaço urbano são realizadas em decorrência dos seus diferentes interesses que envolvem quase todas as camadas sociais. Estes empenhos são de ordem social e econômica, e surgem a partir da importância da melhor ocupação da terra urbana ou pela busca da melhoria na qualidade de vida destes agentes, os quais são: proprietários fundiários, proprietários de meios de produção, promotores imobiliários, Estado e os grupos sociais excluídos.

As transformações espaciais ocorridas na cidade de Manacapuru, que aqui descrevemos, foi analisada em um recorte temporal de 8 (oito) anos. Nosso foco principal foi de analisar as ações realizadas pelo Poder Público, em nível regional, considerado como um agente organizador do espaço. A escolha deste recorte temporal tem sua relevância porque foi um período em que a região recebeu ações de políticas públicas federais e estaduais que contribuíram para a produção do espaço urbano-regional. Na esfera federal podemos destacar Programa Energia Cidadã que resultou no fornecimento de energia a várias famílias, e na esfera estadual destacamos a construção da Ponte Rio Negro.

Partindo destes pressupostos sobre as ações do Estado realizadas nos anos de 2003 a 2010 em Manacapuru, este trabalho tinha como principal questão, saber Qual a contribuição das ações/projetos do poder público, no período estudado, para a produção do espaço urbano-regional em Manacapuru-AM?

Para responder essa indagação, o presente estudo teve como objetivo geral Analisar a contribuição das principais ações do poder público no município de Manacapuru, para a produção do espaço urbano-regional. Para delinear este objetivo norteador, durante o trabalho, investigamos os objetivos específicos que foram: a- Apresentar os principais projetos concebidos nos Planos Plurianuais do Governo Estadual no período de 2003-2010; b- Enumerar as principais transformações no espaço urbano-regional associada/decorrentes das ações propostas/realizadas pelo poder público no período estudado.

Neste trabalho a qual debatemos sobre a produção do espaço urbano-regional da cidade de Manacapuru tem sua importância porque compreendeu as suas peculiaridades regionais e as ações realizadas pelo Estado que contribuíram para a sua produção do espaço.

## 1- PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho realizou-se revisão bibliográfica e documental, logo após realizou-se observações em campo para constatar as mudanças que foram descritas nos documentos oficiais.

A revisão da literatura proporcionou um embasamento teórico do tema, e nos deu suporte para que partíssemos das questões particulares até alcançar as questões mais amplas do tema. Sabe-se que o estado é um agente regulador das ações dos outros agentes que produzem o espaço urbano. Para analisarmos esse fenômeno que ocorreu e está ocorrendo em Manacapuru, realizamos leituras e revisões bibliográficas em autores que discutem o tema “Produção do espaço urbano” no nível nacional e regional, como: Corrêa, Ana Fani, Oliveira, Tatiana Schor, dentre outros.

Para a sabermos as ações do Estado descritos neste trabalho, foi feita revisão documental nos Plano Plurianual (PPA) dos anos de 2003 a 2007 e 2008 a 2012, e Relatórios de Avaliação do PPA dos anos de 2003 a 2010, ambos encontrados no site da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN.

O PPA é um documento criado pelo governo que lança suas propostas para o período de quatro anos e:

“estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração estadual. Reúne programas e projetos focados na gestão do Estado, na equalização de diferenças territoriais e na socialização de oportunidades econômicas e sociais. É a base do planejamento público, ao orientar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os orçamentos anuais e os planos setoriais instituídos ao longo da sua vigência.” (SEPLAN)

Além das propostas existentes nos PPA's, analisamos também as informações que estavam descritas nos Relatórios de Avaliação (RA). Nestes estavam escritos as ações realizadas pelo Poder Público, o órgão que executou o programa, as regiões beneficiadas e o quanto foi gasto em cada projeto. O Relatório de Avaliação é um “documento que descreve os resultados advindos das definições e preceitos estabelecidos nos PPA's” (SEPLAN).

Nesta etapa do trabalho, de leitura dos PPA e RA, utilizamos como técnicas a separamos das informações sobre os projetos que foram destinados a Manacapuru. As organizações dos dados

foram feitas em quadros para uma melhor visualização, interpretação e descrições posteriores dos mesmos.

Para identificar os meios de disseminação das informações e sobre a origem e o destino dos recursos públicos dos projetos, realizamos levantamento das informações em sites e portais oficiais do governo e de associações, como a Associação Amazonense de Municípios. Durante a realização deste trabalho realizamos várias visitas a portais e sites da rede mundial de computadores, devido a diferença destes termos, queremos esclarecer que site é apenas uma página da internet que nele não tem links que direcionam o usuário a outros sites. Enquanto que portal é uma página da internet que nele tem vários links que direciona o usuário a vários sites e portais da rede mundial.

O sites visitados para coleta de dados e informações foram o site do Governo do Estado do Amazonas, Prefeitura de Manacapuru, Associação Amazonense de Municípios - AAM, e SEPLAN. E os portais foram: Portal de Transparência nos Recursos Públicos Federais e Portal da Transparência do Estado do Amazonas.

Para realização do ultimo objetivo proposto que consistia na enumeração das principais ações realizadas pelo poder público no período de estudo, fizemos trabalhos de campo na cidade com observações das ações realizadas pelo governo como foram descrito nos RA's. Depois das observações prosseguimos para a última etapa do trabalho, que foram as descrições dos resultados a partir das descrições dos quadros e comparação dos dados coletados em campo.

## **2- RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O espaço urbano é um lugar de conflitos de classes sociais. Os diferentes conflitos acontecem em decorrência de interesses divergentes dos agentes produtores do espaço. Os agentes são definidos por CORRÊA (2000, P. 12) como: Proprietários Industriais, Proprietários Fundiários, Promotores Imobiliários, Estado e Grupos Sociais Excluídos. A ação destes agentes torna o espaço fragmentado, mas articulado entre si, e essa articulação é resultante da ligação e dependência das atividades que são exercidas em cada um destes espaços fragmentados.

Na área de estudo, município de Manacapuru, encontramos a presença dos agentes Proprietários Fundiários, Promotores Imobiliários, Grupos Sociais Excluídos e o Estado, mas neste trabalho apenas descrevemos sobre as ações do Estado como agente produtor e regulador das ações dos outros agentes existentes no espaço urbano.

As ações dos agentes produtores do espaço urbano refletem diretamente na transformação da paisagem no decorrer do tempo, e esta alteração modifica o próprio cotidiano das pessoas. As

transformações em que passa o espaço urbano, sejam elas sociais e espaciais, também são resultantes do desenvolvimento das técnicas que sempre transformaram e irão transformar as estruturas territoriais das cidades, técnicas estas como as redes materiais (físicas) e imateriais (comunicação e informação) que contribuem para o desenho de arranjos e dinâmicas territoriais nas pequenas cidades, médias cidades ou grandes cidades, como argumenta Corrêa (2007) e Schor (2008).

Nos anos de 2003 a 2010, o Estado realizou alguns investimentos nas redes materiais e imateriais da Região Metropolitana de Manaus (RMM), e esse investimento contribuiu para que alguns municípios que dela fazem parte passassem por mudanças intensas no seu espaço urbano-regional, como é o caso de Manacapuru. Essas mudanças realizadas pelo governo federal estimularam a geração de emprego e que por consequência ocasionou em uma maior arrecadação de imposto pelo Estado. Uma das principais ações feita pelo governo na Região Metropolitana foi a construção do gasoduto Coari–Manaus que influenciou no surgimento e desenvolvimento de outras atividades, como do setor terciário que correspondem as atividades de serviços.

A presença de redes em uma cidade acarreta na sua reconfiguração e contribui para que a mesma seja classificada como pequena, média ou grande cidade. A área de estudo deste trabalho é considerada como uma média cidade devido às relações econômicas que ela tem com as cidades do seu entorno e também pela existência de redes de proximidade relativa e territorial que possibilitam que ela assim seja conceituada, como afirma SCHOR sobre Manacapuru “A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nesta região” (SCHOR 2007 P. 13).

As ações do governo que influenciaram na transformação do espaço urbano-regional do município foram realizadas com as verbas recolhidas de receitas (Quadro 01) como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Royalties – Compensação financeira dada aos produtores de Petróleo, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Fundo de Participação de Municípios (FPM), Receita Tributária Estadual (RTE) entre outros, como descritos nos Relatórios de Avaliação da SEPLAN e o Portal da Transparência do Governo Federal. Estas receitas foram empregadas em diversas obras, como na recuperação e pavimentação de estradas, obras na orla do Município, construção de casas populares, construção de escolas, reforma de praças, sinalização de ruas.

Quadro 01: Dados das Transferências Estaduais						
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
FPM (R\$)	7.026.267	7.681.940	10.129.924	11.204.818	12.626.004	15.917.603
ICMS (R\$)	6.162.886	8.738.021	10.105.361	11.300.403	12.517.498	15.590.682
RTE (R\$)	1.875.621	1.036.269	1.633.815	2.068.732	3.449.568	943.509
Royalties	203.260	316.992	321.844	102.085	83.904	420.283
Fonte: <a href="http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/perfil_da_rmm_2011.pdf">http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/perfil_da_rmm_2011.pdf</a> . Acesso em: 25 de novembro de 2011.						

Segundo os RA's disponíveis na SEPLAN e os dados encontrados no Portal do Governo Federal os principais recursos que foram utilizados nas ações do poder público no município foram provenientes do Fundo de Participação dos Municípios, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Receita Tributária Estadual, e os Royalties. Destes impostos o que foi mais recebido foi o FPM que teve um aumento expressivo a cada ano, logo em seguida vem o ICMS, seguido do RTE e dos Royalties (Quadro 01). Ficou faltando apenas os dados dos anos de 2009 e 2010 que não estavam disponíveis no Portal e nem no site do Governo do Estado.

O Fundo de Participação dos Municípios são transferências constitucionais composta pela arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sua distribuição é realizada de acordo com o número de habitantes de Estados e Municípios. O Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incide sobre operações relativas a circulação e transporte interestadual e intermunicipal de mercadorias, pessoas, bens e valores; prestações de serviços de comunicação por qualquer meio; fornecimento importação e exportação de mercadorias. Receita Tributária Estadual são receitas próprias dos municípios e originam-se do Imposto sobre a Prestação de Serviços (ISS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Os Royalties são recursos advindos da exploração de petróleo e gás natural pagas pelas empresas exploradoras e que são transferidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) aos Estados e Municípios.

A circulação de capital em uma região pode atrair populações de diversos lugares, e isto causa alteração na configuração do espaço urbano de uma cidade. O espaço urbano de uma cidade, seja ele de qualquer tamanho, é caracterizado pelo aglomerado de pessoas, presença de comércios, presença do Poder Público, presença dos agentes produtores do espaço urbano, predominância de atividades não rurais, dentre outros (SINGER 2010, P. 45).

O espaço urbano é construído pelo homem, logo as alterações feitas na cidade refletirão na mudança da paisagem e na vida urbana. A paisagem urbana é marcada pela existência dos contrastes da ordem e do caos como afirma CARLOS (2011, P. 36):

“A paisagem urbana é a expressão da ordem e do caos, manifestação formal do processo de produção do espaço urbano, colocando-se no nível do aparente e do imediato. O aspecto fenomênico coloca-se no elemento visível, como a dimensão do real que cabe intuir, enquanto representação de relações sociais reais que a sociedade cria em cada momento do seu processo de desenvolvimento.”

O espaço é analisado como fragmentado por CORRÊA devido aos diferentes modos de uso/ocupação que a terra urbana tem, como: as áreas de comércios, moradias, escolas, hospitais, indústrias, áreas de lazer e outros, como é relatado por CORRÊA (2000, P. 07) “[...] este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado”. Sobre os diferentes usos/ocupação do solo que geram conflitos entre os agentes estimulados por melhor localização CARLOS descreve que:

[...] o modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de efeito de produzir, consumir, habitar ou viver [...] o uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos (CARLOS 2011, P. 45).

Nos PPA's além das ações, que já foram citadas, as quais foram bastante relevantes para o desenvolvimento econômico e social do município, foram feitos mais dois a qual contemplava os setores de energia e transporte (Quadro 02). Estes dois têm sua grande importância pelo fato de proporcionar o desenvolvimento das redes materiais e imateriais, que no caso das estradas permite o maior fluxo dos produtos, e as redes de comunicação tornam possível o controle dos produtos mesmo de lugares distantes.

Quadro 02: Principais projetos existentes nos PPA's dos anos de 2003 a 2010	
SETOR DE INVESTIMENTO	PROPOSTA
Energia	Implantação de city - gates: a mudança do Termocombustível levará ao desenvolvimento de pólos pesqueiros, indústrias de beneficiamentos de atividades de extração vegetal, indústrias vitais para a construção civil – cerâmicas e derivados, beneficiamento de frutas e outras vocações regionais.
Transporte	O reaparelhamento e administração de novos portos constituem sólida oportunidade de investimentos para a iniciativa privada - <b>Manacapuru</b> , que movimenta cargas e passageiros. Construção e recuperação de estradas e rodovias do município.
Fonte: <a href="http://www.seplan.am.gov.br">http://www.seplan.am.gov.br</a> Acesso em: 25 de Junho de 2011 Organizado por: Moisés Silva	

Para o setor de energia foi proposto a implantação de city gate em Manacapuru, para que viesse melhorar o fornecimento de energia para todo o município. A instalação dessa usina beneficiaria as pequenas industriais, comércios, residências da cidade e do interior através da redução com os gastos de energia e também com fim das constantes quedas de energia. Mas esse projeto de implantação de city gate não foi realizado como mostrou a reportagem do jornal A Crítica de 10 de Março de 2011 (em anexo).

A instalação das usinas movidas a gás natural chamada de city gate iria permitir a geração de energia usando como fonte o gás natural extraído da província de Urucu em Coari. Esta geração de energia é considerada como a única fonte primária que causa menos impacto ao meio ambiente, e é considerado o melhor dos combustíveis fósseis.

Outra proposta do governo e que está presente nos PPA's, consistia em investimentos na construção e também na melhoria das redes de transporte em Manacapuru. Neste documento estavam escritos investimentos no porto hidroviário e na construção e recuperação de estradas e rodovias, para intensificar o fluxo comercial entre os municípios produtores e centros consumidores.



A presença destas redes estimula o crescimento econômico das cidades, estejam elas as margens dos rios ou das estradas. Devido a isto é que os projetos foram direcionados a estes setores, que estão descritos no PPA do governo estadual.

A existência de portos hidroviários proporciona benefícios ambientais, sociais e econômicos, do contrário de quando são abertas as estradas que causam danos ambientais devido a derrubada de grande quantidade de árvores. Os rios são estradas já prontas, mas que pouco são utilizadas. O uso dos rios como via de transporte de produtos, diminui os custos com o seu deslocamento por ser transportado em maior quantidade, podendo o que na maioria das vezes não acontece, chegar ao consumidor a preços mais baixos. Para os municípios da Região Metropolitana que estão às margens dos rios, a existência destes portos possibilita a integração das cidades e das comunidades ribeirinhas com outras áreas, onde possam desenvolver o comércio, visto que a maioria deles tem somente o rio como principal linha de integração.

As estradas também permitem os fluxos de pessoas e produtos, mas elas causam danos ambientais, como a utilização de caminhões que transportam poucos produtos e utiliza o combustível fóssil mais poluente que outros também derivados do petróleo, o óleo diesel. Essas redes quando estão com melhores condições de infra-estrutura, elas diminuem o tempo de viagem e diminui os gastos com transportes. Para os produtores rurais das cidades que estão às margens das estradas, essa é uma oportunidade de expansão do comércio de seus produtos com outras cidades.

Um dos investimentos na rede de transportes feito pelo poder público que trouxe mais mobilidade a Manacapuru com o resto do Amazonas foi a construção da Ponte Rio Negro inaugurada em 24 de outubro de 2011. A inauguração da ponte interligou a cidade de Manaus com os municípios de Iranduba, Novo Airão e Manacapuru que fazem parte da RMM e pretende estimular as atividades econômicas de extrativismo, piscicultura, produção de hortaliças, atividade agropecuária, pólo de cerâmica e turismo, muito praticado nesses municípios.

As diferentes ações realizadas pelo poder público na Região Metropolitana de Manaus foram propostas em projetos existentes nos Planos Plurianuais dos anos de 2003 a 2010, e realizadas durante toda a sua gestão, conforme mostrado no quadro 03 a qual mostra o nome do programa, a ação realizada e o valor do custo da obra.

QUADRO 03- AÇÕES REALIZADAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS		
Programa	Ação	Recursos
Gestão da Política de Turismo	Construção de Terminais Fluviais Turísticos e Centros de Atendimento ao Turista (CAT)	R\$ 182.604,00
Recuperação e Abertura da Malha Viária do Amazonas	Construção e Recuperação de Estradas	R\$ 93.318.189,00
Cidadania Para Todos - Projeto Cidadão	Construção de casas populares para população sob risco social	R\$ 7.446.794,00
Aprimoramento da Educação Diferenciada	Educação Diferenciada	R\$ 4.976.689,00
Programa Integrado de Ações para o Trânsito	Construção da Sede do PAD - Posto de Atendimento do DETRAN no município de Manacapuru	R\$ 4.976.689,00
Construção e Valorização de Prédios e Espaços Públicos	Melhoria no aspecto arquitetônico dos espaços públicos	R\$ 2.903.488,00
Amazonas Cultural	Apoio às Festas Populares na Capital e Interior	R\$ 260.000,000
Infraestrutura Logística do Amazonas	Construção de Portos e Terminais Hidroviários no Amazonas	R\$ 2.307.402,00
Fonte: <a href="http://www.seplan.am.gov.br">http://www.seplan.am.gov.br</a> Acesso em: 25 de Junho de 2011 Organizado por: Moisés Silva		

## **Considerações Finais**

O Estado é um agente que atua na organização espacial da cidade, ou seja, nos diferentes usos do solo. Uma de suas principais funções é a de regular o uso e ocupação da terra urbana feita pelos demais agentes, e esta atividade realizada na terra sempre gera conflitos e disputas pela a melhor localização desta. Em decorrência disto, as ações do Estado “Poder Público” buscam responder aos interesses de todos os agentes e satisfazer suas necessidades, com a realização de programas feita nos anos de governo.

A utilização do solo é feita de acordo com as condições que cada agente tem de pagar para ocupá-lo. Essas ocupações espaciais que acarretam em exclusão social, são resultantes dos diferentes interesses dos agentes produtores do espaço urbano. Um destes agentes é o Estado, que têm papel fundamental na organização espaço de uma cidade, pois a ele compete regular as ações de utilização do solo urbano feito pelos demais. As ações realizadas pelo Estado podem ser visto além da observação da paisagem, pode também ser analisada nos documentos de prestações de conta feitos para a sociedade, como os PPA's e RA's que no Amazonas foram divulgados no site da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Portanto, neste trabalho relatamos as principais ações realizadas pelo Estado no período de 2003 a 2010 que contribuíram para a produção do espaço urbano-regional do município de Manacapuru e que modificaram a paisagem urbana.

Estas ações foram propostas nos PPA's dos governos que aconteceram nos anos de 2003 a 2007 e 2008 a 2012. E como resultado dos empreendimentos realizados pelo Estado, Manacapuru passou por mudanças na sua dinâmica espacial.

A partir da análise dos documentos do governo podemos verificar que suas principais ações tiveram a intenção de trazer desenvolvimento econômico e social para a região, mas nem todas foram realizadas, como podemos verificar em campo e nas informações existentes nos RA's e outras fontes de informações. Apenas alguns empreendimentos foram feitos como a construção e recuperação de estradas que interligou a região a outras cidades, e foram estes que ocasionaram nas transformações urbano-regionais do município de Manacapuru.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo, Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. A Cidade. 9ª ed.- São Paulo. Contexto, 2011. (Repensando a Geografia).

CORRÊA, R. L. Construindo o Conceito de Cidade Média In: Cidades Médias: Espaços em Transição/ Maria da Encarnação Beltrão Sposito (organização) 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

\_\_\_\_\_. O Espaço Urbano. 4ª ed.- São Paulo. Editora Ática. (Série Princípios).

OLIVEIRA, J. A. de. Cidades na Selva. - Manaus: Editora Valer, 2000.

PPA. Plano Plurianual 2004 – 2007. Disponível em:

<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/planejamento/ppa/2004-2007/PPAREV2006.pdf>

Acesso em 19 de Outubro de 2011.

PPA. Plano Plurianual 2008 – 2011. Disponível em:

<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/planejamento/ppa/2008-2011/PPA%202008-2011%20Volume%20II.pdf>

Acesso em 19 de Outubro de 2011.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço – técnica e tempo razão e emoção. 4ª ed. São Paulo, Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. A Urbanização Brasileira. – 5. Ed., 2ª Reimpressão. - São Paulo, 2009.

SCHOR, T; COSTA, D. P. da. Rede Urbana na Amazônia dos Grandes Rios: Uma Tipologia para as cidades na calha do rio Solimões - Amazonas –AM, 2008.

SILVA, M. B. SOUSA, I. S. Dinâmicas populacionais nos municípios sob a influência da exploração e transporte de gás natural – parte1. In: III Seminário de Pós-Graduação em Gestão Ambiental e III Semana e Engenharia Florestal, Itacoatiara – AM. UFAM – Itacoatiara.

\_\_\_\_\_. O Ensino sobre Dinâmicas Populacionais a Partir da Análise da Influência dos Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia. In: II Seminário Internacional: Desafios da Orientação Educativa na Educação Básica e Superior, III Congresso: Educação, Democracia e Cidadania e II Congresso: Educação e Direitos Humanos na Amazônia, 2011, Manaus.

\_\_\_\_\_. A Exploração de gás e o crescimento populacional em Coari. In: I Seminário de Educação, Ensino e Pesquisa em Geografia, 2011, Manaus. UEA, 2011. V.1. p. 93-98.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas populacionais nos Municípios de Coari, Codajás, Anori e Anamá no Amazonas. In: I Seminário de Educação, Ensino e Pesquisa em Geografia, 2011, Manaus. UEA, 2011. V. 1. P. 123-124.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas Populacionais nos Municípios do Amazonas. Acta Geográfica (UFRR), 2011.

SINGER, P. 1932 – Economia Política da Urbanização. 2. Ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010.

SOUSA, I. S. Potenciais impactos do gasoduto Coari-Manaus no município de Manacapuru-AM. [Dissertação de Mestrado] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2007.

SPOSITO, E. S. A vida nas cidades. 2ª impressão. - São Paulo: Contexto, 2010. (Repensando a Geografia)

Relatório de avaliação do PPA 2004 - 2007 (exercício 2004). Disponível em:  
<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/planejamento/ppa/2004-2007/PPA%20avaliacao%202004.pdf> Acesso em 20 de Outubro de 2011.

Relatório de avaliação do PPA 2004 - 2007 (exercício 2005). Disponível em:  
<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/planejamento/ppa/2004-2007/PPA%20Avaliacao%202005.pdf> Acesso em 20 de Outubro de 2011.

Relatório de avaliação do PPA 2004 - 2007 (exercício 2006). Disponível em:  
<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/planejamento/ppa/2004-2007/Avaliacao-2006.pdf> Acesso em 20 de Outubro de 2011.

Relatório de avaliação do PPA 2004 - 2007 (exercício 2007). Disponível em:  
<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/Relatorio%20de%20Avaliacao%20PPA%2020042007%20-%20exercicio%202007%20-Documento%20Completo.pdf> Acesso em 20 de Outubro de 2011.

Relatório de avaliação do PPA 2008 - 2011 (exercício 2008). Disponível em:  
<http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/Relatorio%20de%20Avaliacao%20do%20PPA%20-%202008.pdf> Acesso em 20 de Outubro de 2011.

Relatório de avaliação do PPA 2008 - 2011 (exercício 2009). Disponível em:  
[http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/avaliacao\\_2009\\_completa.pdf](http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/avaliacao_2009_completa.pdf) Acesso em 20 de Outubro de 2011.

Relatório de avaliação do PPA 2008 - 2011 (exercício 2010). Disponível em:  
[http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/avaliacao\\_2010\\_completa.pdf](http://www.seplan.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/avaliacao_2010_completa.pdf) Acesso em 20 de Outubro de 2011.

Sites visitados

<http://www.aam.org.br>

<http://www.portaltransparencia.gov.br>

<http://www.amazonas.am.gov.br>

<http://www.manacapuru.am.gov.br>

<http://acritica.uol.com.br>